

TERAMB – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha
Terceira, EM

Relatório de Gestão e Contas

1º Trimestre 2021

Senhores Acionistas,

No cumprimento das obrigações legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório e Contas referentes ao **primeiro trimestre de 2021**.

A TERAMB – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EM, (adiante, TERAMB), é uma entidade empresarial local detida a 60% pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e a 40% pela Câmara Municipal da Praia da Vitória. Foi constituída a 1 de Novembro de 2010, tendo como principal objeto social os serviços de interesse geral de gestão, tratamento e valorização de resíduos sólidos urbanos dos Municípios de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória.

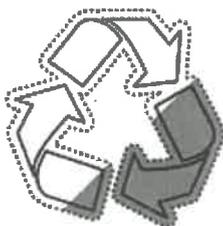
Nos termos do n.º 5 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração informa que nenhum dos membros dos órgãos sociais possui qualquer ação da sociedade.

SUMÁRIO EXECUTIVO

	2021 (1º trimestre)	2020 (Anual)	2019 (Anual)	2018 (Anual)
<i>ton</i>				
<i>Reciclagem multimaterial</i>	704,47	2818,16	3.109,53	2.676,18
<i>Valorização orgânica</i>	691,15	3835,66	4.707,16	5.929,46
<i>Valorização energética</i>	10.558,00	38770	33.119,00	41.991,00
<i>Confinamento técnico</i>	54,78	-1738,41	-205,19	-5.132,41
<i>Mineração</i>	0,00	3.160,00	1.111,65	11.050,00
<i>Total de resíduos recebidos</i>	<u>11444,32</u>	<u>48.866,87</u>	<u>47.265,23</u>	<u>46.070,21</u>
<i>MWh</i>				
<i>Bruto</i>	4.724,00	17.835,00	14.576,99	14.286,61
<i>Exportação (líquido)</i>	3.650,00	13.651,13	11.845,00	12.953,08
<i>Euros</i>				
<i>Volume de negócios</i>	736.900,76	3.117.327,99	3.028.470,36	2.620.977,59
<i>Resultados líquidos</i>	+ 61.492,99	+ 170.561,86	+ 343.485,79	+ 1.034,61
<i>Fundos próprios</i>	27.222.710,59	27.433.559,66	28.340.838,12	28.424.976,83
<i>Endividamento</i>	6.099.392,13	6.099.392,13	6.519.941,34	6.798.476,31
<i>Número de colaboradores</i>	42	43	42	48
<i>Horas de formação</i>	336	145	947,00	801,00
<i>Taxa de feminização (%)</i>	11,90	12,50	14,28	10,20

A ATIVIDADE DA EMPRESA

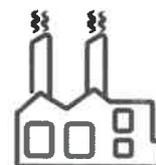
No primeiro trimestre do corrente ano deram-se continuidade às operações das diversas valências da Central de Tratamento e Valorização de Resíduos da Ilha Terceira. Geriram-se neste trimestre 11.444,32 toneladas de resíduos, o que representa um decréscimo de 12% face ao período homólogo de 2020. Conforme o seu potencial e em estreito cumprimento com a hierarquia do tratamento de resíduos, foram vários os seus destinos:



577,41 TONELADAS DE RESÍDUOS
ENCAMINHADOS PARA
VALORIZAÇÃO MULTIMATERIAL



691,15 TONELADAS DE RESÍDUOS
ENCAMINHADOS PARA
VALORIZAÇÃO ORGÂNICA



10.466,35 TONELADAS DE
RESÍDUOS ENCAMINHADOS PARA
VALORIZAÇÃO ENERGÉTICA



0 TONELADAS DE COMPOSTO
PRODUZIDO



0 TONELADAS DE ESCÓRIAS
PRODUZIDAS



3.650,00MWH DE ELETRICIDADE
EXPORTADA PARA A REDE
PÚBLICA

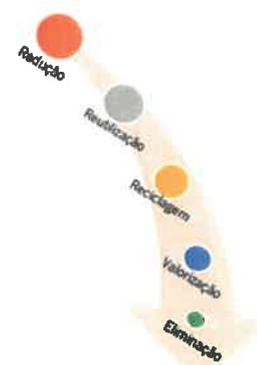
Mantiveram-se as parcerias estabelecidas com os diversos operadores de gestão de resíduos no sentido de criar sinergias positivas e a partilha de infraestruturas.

Através da parceria com a Valorpneu – Sociedade de Gestão de Pneus, Lda, entidade gestora do sistema integrado de pneus usados, licenciada para exercer a atividade de gestão de pneus usados em Portugal Continental e Regiões Autónomas, rececionaram-se e valorizaram-se energeticamente os pneus usados da RAA. Por via do contrato de gestão delegada estabelecido com o MAH, a TERAMB garantiu a gestão dos recicláveis do concelho de Angra do Heroísmo desde a recolha até ao centro de triagem e posterior envio para retomador.



Para além da importância da **REDUÇÃO** e **REUTILIZAÇÃO**, a **VALORIZAÇÃO MULTIMATERIAL** é uma das prioridades da TERAMB que em conjunto com os municípios realizam uma série de esforços no sentido de potenciar o seu incremento.

No período em apreço foram rececionadas no operador de triagem **694 toneladas** de embalagens tendo sido aceites para valorização **551,79 toneladas** de embalagem, o que representa sensivelmente os mesmos valores o período homólogo de 2020. No que se refere ao confinamento técnico foram depositados em aterro (operação D1) **54,78 toneladas** o que corresponde **+8%** face ao período homólogo de 2020.



O incremento na **VALORIZAÇÃO ORGÂNICA** é, também, um dos objetivos para o ano de 2020. Deste modo foi assinado em janeiro de 2020 um protocolo de cooperação com a Universidade dos Açores e Fundação Gaspar Frutuoso, no qual a TERAMB se compromete a participar na realização do projeto Vercochar, financiado pelo programa INTERREG_MAC 2014/2020.

CAMPANHA DE COMPOSTAGEM 2020



MAC 2014-2020
Cooperación Territorial

Interreg
Espanha - Portugal



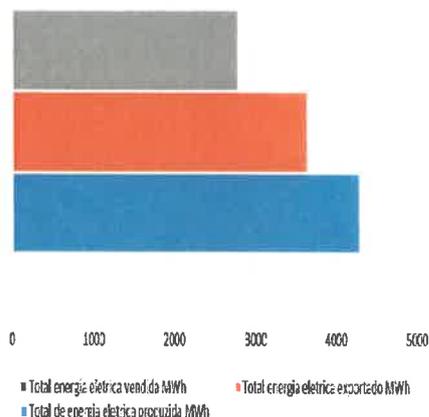
Esta parceria entre
as três entidades

permitirá que a TERAMB obtenha informação técnica para certificação do composto. Iniciou-se a campanha anual de compostagem, tendo sido encaminhado, no total, para a valorização orgânica **691,15 toneladas** de resíduos verdes e lamas da indústria de laticínios, estimando-se que o composto fique disponível no próximo trimestre.



A **CENTRAL DE VALORIZAÇÃO ENERGÉTICA** recebe a fração resto entregue pelos municípios assim como o refugo proveniente dos diversos Centros de Processamento de Resíduos., localizados nas diversas ilhas da Região com exceção da ilha de S. Miguel. A quantidade total incinerada acumulada foi de **10.588 toneladas** à média de **4.88 ton/hora**.

Relativamente à composição dos resíduos incinerados, a componente referente a resíduos de origem doméstica representou 70,53 %, os subprodutos de origem animal 10,51 % e as lamas representaram cerca de 2,03%, e os restantes 16,93 %, outros resíduos (resíduos industriais, perigosos, etc..)



Os resultados referentes à primeira campanha de monitorização pontual assim como da monitorização contínua confirmam o cumprimento dos valores limite de emissão.

ENERGIA PRODUZIDA, EXPORTADA E VENDIDA

Em termos de rendimento/indicadores da instalação, manteve um índice de utilização de 100%, tendo o índice de capacidade variado entre os 74% e os 86%, e os valores de referência referentes à capacidade térmica e produção de energia elétrica produzida por tonelada de resíduos melhorada aproximaram-se do valor nominal em virtude da contínua melhoria do poder calorífico dos resíduos.

O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES AMBIENTAIS E A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL é um dos eixos fundamentais da estratégia da TERAMB. Manteve-se o cumprimento das obrigações ambientais, quer em termos de hierarquia do tratamento dos resíduos quer ainda do cumprimento de todos os requisitos das diversas licenças. No que se refere ao cumprimento dos diversos planos de monitorização ambiental não se verificaram irregularidades a registar.

O EFEITO DA PANDEMIA

Desde o início deste período de exceção, a prioridade da TERAMB foi defender a saúde e bem-estar de todos os colaboradores e da comunidade em geral, assegurando a continuidade das operações, dada a natureza essencial da sua atividade. A situação epidemiológica verificada na RAA e na generalidade do território português tem vindo a exigir a adoção de várias medidas extraordinárias. Algumas destas medidas envolvem necessariamente a restrição de direitos e liberdades, em especial no que respeita aos direitos de circulação e às liberdades económicas.

IMPACTO REGULATÓRIO

O primeiro trimestre de 2021 ainda é marcado pelo estado de emergência em Portugal, por via do Decreto do Presidente da República n.º 6-A/2021, de 6 de janeiro, regulamentado, pelo Decreto n.º 2-A/2021 de 7 de janeiro e sucessivas renovações com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública. Posteriormente a 13 de março, pela, Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2021, é estabelecida uma estratégia de levantamento de medidas de confinamento no âmbito do combate à pandemia da doença COVID-19. Não obstante a sua evolução positiva, a situação epidemiológica — bem como a estratégia gradual de levantamento das medidas prevista na Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2021, mantem-se a renovação do estado de emergência, o que sucede através do Decreto do Presidente da República n.º 31-A/2021, de 25 de março e do Decreto n.º 5/2021 de 28 de março.

Na Região, o Decreto do Presidente da República n.º 6-A/2021, de 6 de janeiro, é regulamentado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 1-B/2021/A de 14 de janeiro, uma vez que se verifica em algumas ilhas o acentuamento da pandemia, tendo sido sucessivamente renovado.

Posteriormente a 31 de março, assente numa análise por ilha, constatando-se a existência de diferentes graus de contaminação, periodicamente avaliados de acordo com a identificação dos níveis de risco de transmissão aplicáveis a cada concelho, o Decreto Regulamentar Regional n.º 2-C/2021/A regulamenta a aplicação, na Região Autónoma dos Açores, do Decreto do Presidente da República n.º 31-A/2021, de 25 de março, definindo disposições especiais aplicáveis consoante o nível de risco de transmissão verificado nos diferentes concelhos.

IMPACTO OPERACIONAL, CONTABILÍSTICO E COLABORADORES

A nível operacional não se registaram alterações significativas, uma vez que se mantiveram as medidas já estabelecidas no plano de contingência que foram alteradas em função da situação pandémica e das perspetivas de evolução do número de casos positivos e suspeitos, o que tem permitido a continuidade das operações e que estas decorressem dentro de uma certa normalidade sem se registarem interrupções relevantes na prestação do serviços ou no fornecimento de energia.

O primeiro trimestre é ainda marcado pela continuação da laboração da CVE, em turnos rotativos, em espelho, atendendo ao numero de casos, e nível de risco associado, existente nessa altura.

As atividades operacionais e de investimento estão dependentes de cadeias de fornecimento locais e globais, pelo que os efeitos negativos da pandemia na atividade da empresa foram minorados como uma gestão ativa dos fornecedores e dos fornecimentos críticos, que permitiram mitigar significativamente os impactos desta crise.

O INVESTIMENTO

Mantém-se em curso, o Projeto de **INFRAESTRUTURA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL** refere-se ao loteamento de 14 lotes industriais, com previsão de conclusão no próximo trimestre. A TERAMB em complemento à atividade que desenvolve atualmente propõe-se a implementar um investimento estruturante na Zona Industrial de Angra do Heroísmo, visando a instalação de um novo centro de acolhimento empresarial.



A infraestruturização de 14 novos lotes, que abrangerão uma área disponível para empresa de 67.058 m², comum investimento de cerca de 922.994,00€, aliado a condições únicas e inovadoras para as empresas a acolher. Uma das valências mais relevantes é a possibilidade de fornecimento de energia térmica a partir da Central de Valorização Energética.

Não obstante, historicamente, o prédio foi utilizado como lixeira e vazadouro de lamas das estações de tratamento de águas residuais da ilha Terceira, pelo que foram necessários trabalhos de remoção, limpeza e regularização da orografia dos terrenos, tendo-se posteriormente dado início à construção da rede de energia térmica e de eletricidade, cuja consignação da empreitada foi a 9 de junho de 2020 pelo valor de 689.985,00€. A solução proposta inclui a construção de uma rede de água quente, sendo o aquecimento obtida a partir da instalação de 2 permutadores em paralelo sendo o regime de funcionamento entre os 75/55°C.

Foi submetido ao Programa Operacional Açores 2020, eixo 6, sub-eixo 6.1- investimento no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para

satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros, a candidatura **VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS - MINERAÇÃO**, tenho sido obtido a sua aprovação e valor elegível 1.478.875,12€.

Com este projeto a TERAMB propõe-se a implementar um investimento inovador na valorização de resíduos específicos contribuindo para eliminar um passivo ambiental. Este é um projeto que está a ser implementado há algum tempo, em fase experimental pretendendo-se agora desenvolver à escala industrial. A recuperação de materiais depositados em aterro sanitário permite otimizar a reutilização de recursos naturais, pela oportunidade que se cria não só pela valorização de espaços onde se encontram esses aterros, mas pela diminuição dos impactes ambientais constituindo uma atividade inovadora no âmbito da Economia Circular. Esta é uma lacuna estrutural que a operação perspetiva colmatar, proporcionando condições para o aumento das metas de reciclagem por via da recuperação de metais. Ressalve-se que o projeto prevê a reconversão de bolsas para espaços para plantio de espécies arbóreas, destinado atualmente a aterro (e, portanto, sem qualquer capacidade de criação de valor), que favorecerá a eliminação de um passivo ambiental muito relevante e permitirá uma valorização de resíduos na ótica de hierarquias de tratamento.

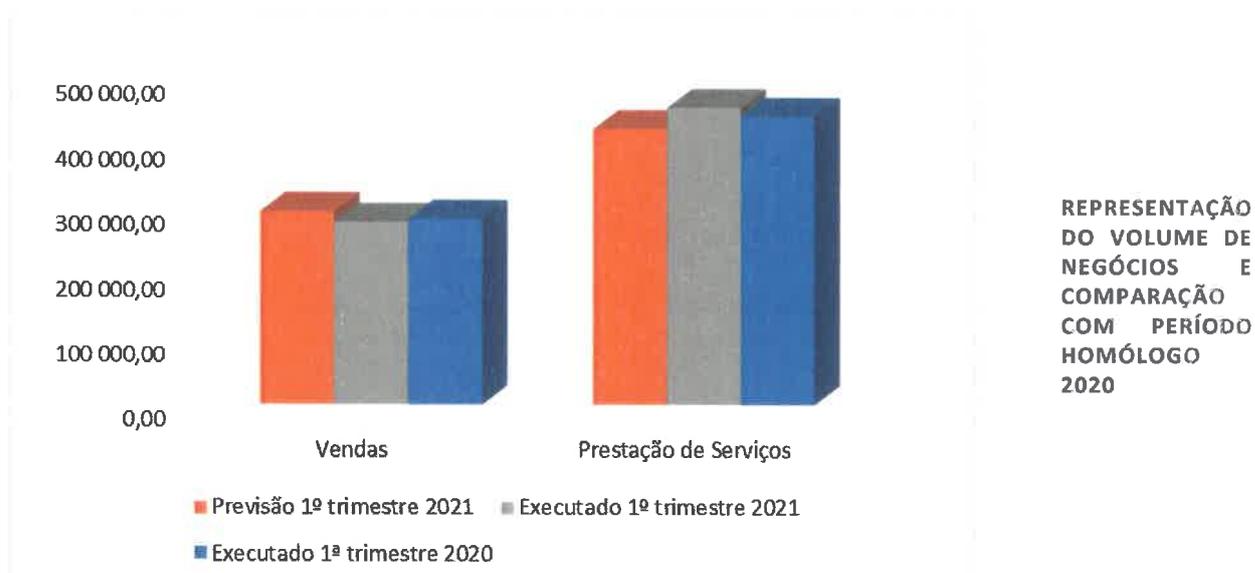
O projeto inclui uma unidade de triagem fixa a instalar num armazém a construir, de forma a poder-se laborar todo o ano. Pretende-se com esta unidade instalar equipamentos onde os resíduos sejam separados mediante processos exclusivamente mecânicos, funcionando independentemente das condições climáticas. A linha de triagem permitirá a separação das seguintes frações:- Fração solo e pedras;- Fração combustível;- Metal ferroso.

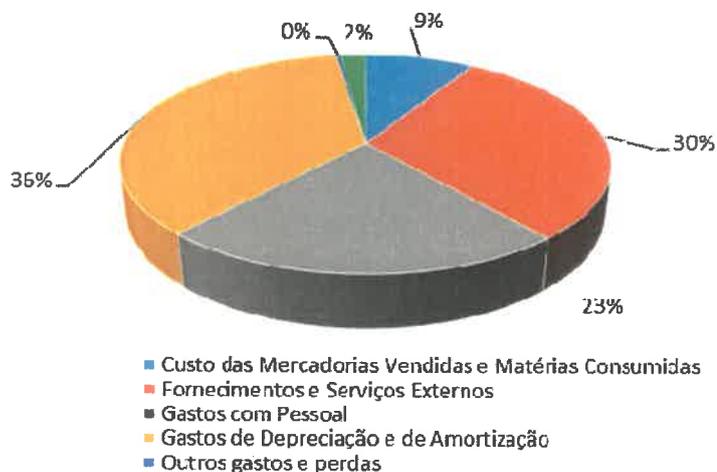
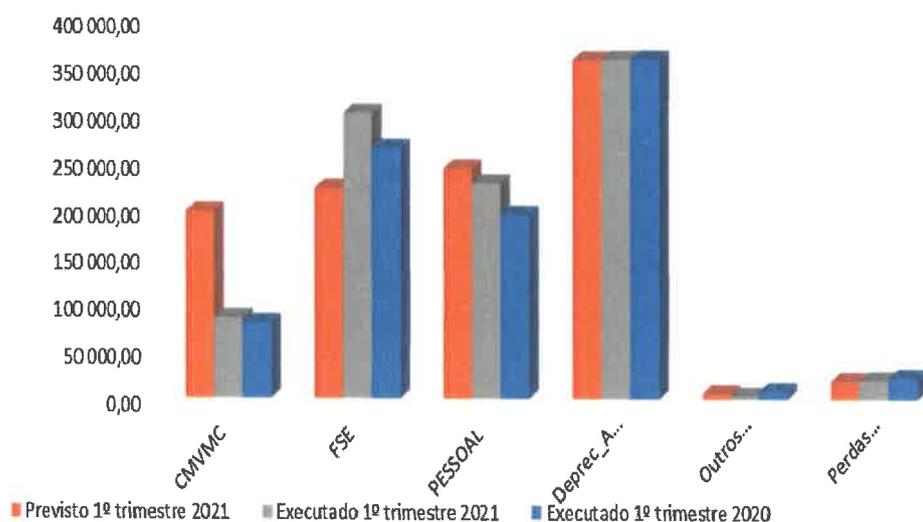
ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

No período em referência o volume de negócios foi de 736.900,76 €, o que representa um ligeiro aumento de cerca de 1% relativamente ao período homólogo de 2020 (728.113,55€) sendo que 38% refere-se às vendas essencialmente como resultado da venda de eletricidade produzida pela CVE e 62% a prestações de serviço. A estes valores acresce 323.880,25€ provenientes da imputação de subsídio ao investimento concedido pelo POVT. A nota justificativa do cálculo destes valores pode ser observada no documento Anexo às Demonstrações Financeiras.

As despesas correntes, com um valor de **614.512,38 €** representam uma execução orçamental de **93%** sendo que as vendas representaram **102%** da execução orçamental. Importa referir que se registou um aumento de **14%** no valor das despesas correntes ao período homólogo de 2020, justificado pela crise pandémica que provocou distorção nos preços de mercado, para alguns bens, como seja os relacionados com a proteção individual (EPIs), reagentes e produtos de tratamento, Acresce ainda os custos nos gastos de pessoal, com a aplicação de turnos de 12 horas em espelho e a necessidade de se proceder ao pagamento de horas extraordinárias.No que se refere à repartição da despesa os custos das mercadorias vendidas e das matérias contabilizam **9%** da despesa corrente, enquanto os gastos com o pessoal ascendem a **23%** e os fornecimentos e serviços externos representam **30%** da despesa corrente. De uma forma global todos os valores estão acima do esperado, resultado do aumento de preços conforme mencionado anteriormente.

No que se refere aos gastos associados ao investimento e aos outros gastos e perdas, verifica-se que os gastos de depreciação e de amortização, atingem o valor de **358.781,79€**, enquanto os gastos e perdas de financiamento ascendem a **20.102,67€**, concluindo-se que estas rúbricas apresentam execução dentro do previsto.





BALANÇO E RESULTADOS

O Total do ativo da TERAMB ascendeu a 34.648.126,14€, enquanto o passivo totaliza 7.425.415,55€. No que se refere aos capitais próprios, estes apresentam um total de 27.222.710,59€, sendo 1.950.000,00€ correspondente ao capital subscrito, 43.811,97€ a reservas legais, 229.259,41€ a outras reservas, 462.153,49€ relativos a resultados transitados, 24.475.992,73€ de outras variações do capital próprio. Estes valores foram acrescidos em 61.492,99€ provenientes do resultado líquido do período.

No período em referência, os resultados operacionais antes de impostos atingiram os + 64.315,87€.

DEMAIS INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

O Conselho de Administração da TERAMB informa que não concedeu quaisquer autorizações nos termos do n.º1 do artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais. Mais informa o Conselho de Administração que a TERAMB tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, o mesmo sucedendo com a administração fiscal.

RESULTADOS

O resultado líquido da sociedade a 31 de março de 2021 é **positivo** no montante de **61.492,99€**.

Angra do Heroísmo, 9 de agosto de 2021

O Conselho de Administração



Nuno Miguel Aguiar de Meneses (Presidente)



Raquel Gomes Caetano Ferreira



Maria do Anjo Condesso Ekström

Anexo I - Demonstrações financeiras

TERAMB-Emp. Munic. Gest. Valor. Ambiental IT, EM

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

31.Março.2021

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31.Março.2021	2020
Vendas e serviços prestados	21	736.900,76	3.117.327,99
Subsídios à exploração	23	290,40	29.093,43
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	19	-84.871,24	-619.814,14
Fornecimentos e serviços externos	31	-301.812,82	-1.241.680,13
Gastos com o pessoal	5/29	-227.828,32	-953.341,40
Aumentos / reduções de justo valor	28	0,00	330,18
Outros rendimentos e ganhos	23/31	323.880,25	1.395.913,57
Outros gastos e perdas	31	-3.358,70	-35.931,59
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		443.200,33	1.690.679,84
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	7/8	-358.781,79	-1.429.090,21
Imparidade de investimentos depreciables / amortizáveis (perdas / reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		84.418,54	261.589,63
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	11	-20.102,67	-86.459,99
Resultado antes de impostos		64.315,87	175.129,64
Imposto sobre o rendimento do período	26	-2.822,88	-7.449,78
Resultado líquido do período	5	61.492,99	167.679,86

Contabilista Certificada
N.º 17799

(Paula Cristina Nunes Azevedo Santos)

O Conselho de Administração

(Raquel Gomes Caetano Ferreira)

(Nuno Miguel Aguiar de Menezes)

(Maria do Anjo Condesso Ekstrom)

TERAMB-Emp. Municip. Gest. Valor. Ambiental IT, EM

BALANÇO

31.Março.2021

(Montantes expressos em euros)

ACTIVO	Notas	31.Março.2021	2020
ACTIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	8	31.987.389,46	32.183.966,06
Ativos intangíveis	7	256.593,45	259.451,26
Outros investimentos financeiros	28	14.607,31	13.932,77
Créditos a receber	28	288,11	288,11
Total do ativo não corrente		<u>32.258.878,33</u>	<u>32.457.638,20</u>
ACTIVO CORRENTE:			
Inventários	19	989.398,63	883.792,23
Clientes	28	711.705,77	600.866,29
Estado e outros entes públicos	28	35.079,61	81.276,13
Outros créditos a receber	28	649.961,62	888.419,60
Diferimentos	28	7,27	19.604,98
Caixa e depósitos bancários	4	3.094,91	56.715,27
Total do ativo corrente		<u>2.389.247,81</u>	<u>2.530.674,50</u>
Total do ativo		<u><u>34.648.126,14</u></u>	<u><u>34.988.312,70</u></u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital subscrito	6	1.950.000,00	1.950.000,00
Reservas legais		43.811,97	43.811,97
Outras reservas		229.259,41	229.259,41
Resultados transitados		462.153,49	294.473,63
Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	23	24.475.992,73	24.745.452,79
		<u>27.161.217,60</u>	<u>27.262.997,80</u>
Resultado líquido do período	5	61.492,99	167.679,86
Total do capital próprio		<u>27.222.710,59</u>	<u>27.430.677,66</u>
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	11/28	1.419.325,28	1.419.325,28
Passivos por impostos diferidos	26	219,86	219,86
Outras dívidas a pagar	28	4.679.846,99	4.679.846,99
Total do passivo não corrente		<u>6.099.392,13</u>	<u>6.099.392,13</u>
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	28	528.879,66	465.894,33
Estado e outros entes públicos	28	27.385,07	22.738,55
Financiamentos obtidos	11/28	159.016,64	203.031,84
Outras dívidas a pagar	5/28	610.742,05	766.578,19
Diferimentos	28	-	-
Total do passivo corrente		<u>1.326.023,42</u>	<u>1.458.242,91</u>
Total do passivo		<u>7.425.415,55</u>	<u>7.557.635,04</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u><u>34.648.126,14</u></u>	<u><u>34.988.312,70</u></u>

Contabilista Certificada
Nº 37799

(Paula Cristina Nunes Azevedo Santos)

O Conselho de Administração

(Raquel Gomes Caetano Ferreira)

(Nuno Miguel Aguiar de Meneses)

(Maria do Anjo Condesso Ekstrom)



ANEXO

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 Designação da Entidade: TERAMB - Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EEM

1.2 Sede: Aterro Sanitário Intermunicipal da Ilha Terceira, Biscoito da Achada, freguesia de Ribeirinha, concelho de Angra do Heroísmo

1.3. Natureza: EM - Empresa Pública Municipal

1.4 Área de Intervenção: A área de intervenção geográfica da sociedade coincide com a Região Autónoma dos Açores, em particular na ilha Terceira

1.5 NIPC: 509 620 515

1.6 Natureza da Atividade: Empresa Municipal de gestão e valorização energética de resíduos, encarregada prioritariamente dos serviços de interesse geral de gestão, tratamento e valorização de resíduos sólidos urbanos dos municípios de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória. Exerce atividades no âmbito da construção, gestão, exploração, tratamento e valorização de sistemas de resíduos sólidos, de abastecimento de águas e de energias renováveis. Pode ainda exercer atividades acessórias relacionadas com o seu objeto, designadamente, atividades complementares ou subsidiárias à recolha e tratamento de atividades complementares ou subsidiárias à recolha e tratamento de resíduos sólidos e de higiene pública, sistemas de informação geográfica. Para assegurar a realização do seu objeto, poderá, nos termos da legislação aplicável, participar em empresas ou outras formas organizativas permitidas por lei. Para efeitos do número anterior, poderá delegar as suas atribuições nos termos legais (CAE-38212-R3)

1.7 Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em euros, sendo o euro a moeda funcional e de apresentação.

2. REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho com as retificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009 de 11 de Setembro e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de Agosto e Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, aplicando-se o nível de normalização contabilística correspondente às 28 normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), com as consequentes adaptações em função das necessidades de relato financeiro da sociedade.

2.2 - Alguns bens considerados como ativos fixos tangíveis, com valor inferior a 1.000€, são considerados como bens de reduzido valor, pelo que são depreciados a 100% num único exercício, dada a natureza e a sua imaterialidade, pelo que nesses casos em concreto, é derogado o §7 das NCRF. Salvo esta exceção, não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, outros casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelas NCRF.

2.3 - O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILISTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 - Bases de apresentação e mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas, foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da sociedade, de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras previstas nas NCRF.

O processo para determinar as quantias monetárias pelas quais os elementos das demonstrações financeiras foram reconhecidos e inscritos no balanço e na demonstração dos resultados, foi baseado no custo histórico onde os ativos são registados pela quantia de caixa, ou equivalentes de caixa paga ou ao justo valor da retribuição dada para os adquirir no momento da sua aquisição e os passivos são registados pela quantia dos proveitos recebidos em troca da obrigação, ou em algumas circunstâncias (por exemplo, impostos sobre o rendimento), pelas quantias de caixa, ou de equivalentes de caixa, que se espera que venham a ser pagas para satisfazer o passivo no decurso normal dos negócios.

3.1.1 - Pressuposto da Continuidade:

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

3.1.2 - Pressuposto do Acréscimo:

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “devedores e credores por acréscimos e diferimentos”.

3.1.3 - Consistência de Apresentação:

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

3.1.4 - Materialidade e Agregação:

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na

demonstração dos resultados, na demonstração de alterações no capital próprio e na demonstração de fluxos de caixa e no anexo.

3.1.5 - Compensação:

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido por uma NCRF. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram rédito, mas que são inerentes às principais atividades que o geram. Os resultados de tais transações são apresentados, quando esta apresentação reflita a substância da transação ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

3.1.6 - Informação Comparativa:

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que uma NCRF o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

3.2 - Políticas de Reconhecimento e Mensuração:

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas.

As notas constantes deste Anexo respeitam uma numeração fixa, contemplando as notas definidas na legislação aplicável (NCRF), em conjugação com as notas exigidas no Anexo A da IES - Informação Empresarial Simplificada, declaração a partir da qual é feita a prestação de contas da sociedade, nos termos previstos no Código das Sociedades Comerciais, sendo de referir que as não incluídas não são aplicáveis ou significativas para a compreensão das demonstrações financeiras.

As políticas de reconhecimento e mensuração encontram-se indicadas em cada uma das notas do "Anexo".

3.3 - Juízos de Valor e Principais Fontes de Incerteza Associadas a Estimativas:

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

3.3.1 - Estimativas contabilísticas relevantes:

Provisões

A empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

À data de 31 de março de 2021, a empresa não registou qualquer provisão por não ser aplicável.

Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação e amortização a aplicar, é essencial para determinar o montante dos gastos desta natureza a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional, tendo em consideração o carácter de reversibilidade de determinadas classes de ativos.

Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da empresa tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

3.4. - Principais Pressupostos Relativos ao Futuro:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da sociedade. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

4. FLUXOS DE CAIXA

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos numa base líquida, obtidos a partir dos registos contabilísticos da sociedade.

No fluxo operacional relativo aos “pagamentos ao pessoal”, encontram-se registados os valores líquidos efetivamente pagos ao pessoal, sendo que os encargos relacionados com impostos em que a sociedade atua como responsável pela liquidação, retenção e entrega das respetivas importâncias encontram-se registados no fluxo operacional “pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento”.

O fluxo da atividade de investimento relativo a “juros e rendimentos similares”, está registado numa base líquida, encontrando-se aqui registados os montantes efetivamente recebidos pela empresa.

A desagregação dos valores inscritos em caixa e seus equivalentes no fim do período encontram-se desagregados no Quadro 4 dos “Quadros - ANEXO” em anexo.

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos bancários, e aplicações de tesouraria, imediatamente mobilizáveis, líquidos de descobertos bancários e outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

5.1 - Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros:

Não se verificaram alterações em estimativas contabilísticas.

5.2 - Alterações em políticas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros:

Não se verificaram alterações nas políticas contabilísticas.

5.1 - Erros materialmente relevantes de períodos anteriores:

Foram detetados erros materialmente irrelevantes, relativamente ao período anterior, no montante global de 2.882€ (2020), os quais, porém, são corrigidos por reexpressão retrospectiva, nas correspondentes rubricas dos exercícios correspondentes, de acordo com a NCRF 4, pelo que o comparativo reexpresso elaborado, respeita a característica da comparabilidade.

Para o efeito, o comparativo de 2020 foi ajustado retrospectivamente, nas rubricas constantes do Quadro 5 dos “Quadros - ANEXO” em anexo.

6. PARTES RELACIONADAS

6.1. - Entidades que participam no capital da empresa

A sociedade foi constituída em 01.11.2010, tendo início de atividade efetivo em janeiro de 2011. Participam no capital da sociedade os Municípios de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória, com 60% e 40%, respetivamente.

6.2. - Remuneração dos administradores

O Conselho de Administração é composto por três Administradores, dos quais, apenas um é remunerado. Neste exercício encontra-se registado até 31 de março, o montante bruto de 11.488,38€ a título de remunerações e 2.675,20€ como encargos sobre essas mesmas remunerações.

6.3. - Transações entre partes relacionadas

As transações efetuadas durante o primeiro trimestre de 2021, entre a sociedade e os acionistas, bem como com os administradores ou entidades com estes relacionados, são as constantes do Quadro 6 dos “Quadros - ANEXO” em anexo.

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos fixos intangíveis adquiridos são registados pelo seu custo de aquisição e a sua mensuração subsequente assenta no modelo do custo deduzido de amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, conforme o previsto no Decreto Regulamentar n° 25/2009, de 14 de setembro.

O ganho ou a perda resultante da alienação ou abate de um ativo intangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecido em resultados no período em que ocorra.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida podem ser amortizados num período máximo de 10 anos.

A 31 de março de 2021 a empresa tem registado por doação no exercício de 2013, a constituição do direito de superfície, com uma vida útil de trinta anos, no montante líquido de 256.593,45€, relativamente ao prédio urbano inscrito na matriz sob os artigos 169 e 2038, pertencente ao Município de Angra do Heroísmo.

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas por imparidade e suas reversões e outras alterações, encontram-se desenvolvidas no Quadro 7 dos “Quadros - ANEXO”, em anexo.

8. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de

desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a sociedade espera vir a incorrer, deduzidos das depreciações, as quais são acumuladas após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado de acordo com as taxas previstas no Decreto Regulamentar nº 25/2009, de 14 de setembro, em sistema de duodécimos. As taxas de depreciação aplicadas à globalidade dos ativos fixos tangíveis resumem-se como se segue:

- Edifícios e outras construções: entre 20 e 50 anos
- Equipamento básico: entre 5 e 12 anos
- Equipamento de transporte: entre 4 e 10 anos
- Equipamento administrativo: entre 3 e 16 anos
- Outros ativos fixos tangíveis: entre 3 e 16 anos

As vidas úteis e o método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

Os encargos com conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício.

Os ativos fixos tangíveis que possam estar em curso à data do termo do exercício, representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela administração. Em 31 de março de 2021 a empresa tinha ativos fixos tangíveis em curso, no montante total de 726.961,57€.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data da alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "outros rendimentos e ganhos" ou "outros gastos e perdas".

Qualquer aumento resultante de revalorizações é registado no capital próprio como excedente de revalorização, exceto se o mesmo reverter num decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente em excedentes de revalorização até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização incluído no capital próprio associado ao ativo não é reclassificado para resultados, sendo transferido para resultados transitados. Sempre que um bem é revalorizado, todos os bens da sua classe são revalorizados.

O Conselho de Administração da empresa confirma que a 31 de março de 2021, as apólices de seguros contratualizados para a cobertura de riscos relativos aos ativos fixos, encontram-se devidamente atualizadas.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as depreciações, as perdas por imparidade e suas reversões, as revalorizações e outras alterações, encontram-se desenvolvidas no Quadro 8 dos "Quadros - ANEXO", em anexo.

9. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS (Não aplicável)

10. LOCAÇÕES (Não aplicável)

11. CUSTOS DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido. O valor de comissões com a emissão desses empréstimos, bem como os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados como gastos à medida que são incorridos, respeitando o regime do acréscimo. Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, sendo que nesse caso são registados como passivos não correntes.

A empresa contraiu um financiamento bancário com vista a financiar o plano de investimento iniciado no exercício de 2013, o qual foi disponibilizado sob a forma de descoberto eventual, até ao montante máximo de 5.000.000,00€, utilizáveis no prazo de vinte e sete meses. Em outubro de 2017, o valor à data em dívida, no montante de 2.200.000,00€, foi convertido num financiamento amortizável em 11 anos, com um período de carência de capital de 12 meses. O montante a reembolsar durante o exercício de 2021, encontra-se registado como passivo corrente.

Na fase inicial deste financiamento a Administração, optou pela sua não capitalização nos ativos a que se encontram associados, política esta que veio a ser alterada em 2015, tendo capitalizado um total acumulado de 261.426,85. Em 2021, relativamente a este financiamento, não foram capitalizados quaisquer valores, nem serão em períodos futuros.

O financiamento bancário está garantido com hipoteca sobre o direito de superfície que a empresa possui relativamente aos artigos matriciais 1691 e 2038 da freguesia da Ribeirinha, Concelho de Angra do Heroísmo.

As respetivas quantias líquidas escrituradas e o respetivo registo em passivos correntes e não correntes, encontram-se descritos no Quadro 11 dos “Quadros - ANEXO”, em anexo.

12. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO (Não aplicável)

13. IMPARIDADE DE ATIVOS

13.1 - Dívidas de clientes:

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas das dívidas de clientes. As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas como sendo de cobrança duvidosa, sempre que exista evidência objetiva de os mesmos não são recuperáveis.

Depois de efetuadas todas as diligências tendentes à boa cobrança das dívidas e mantendo-se as mesmas por cobrar, quer esta sejam consideradas não recuperáveis ou que haja uma diminuta expectativa para a sua recuperação, são sujeitas ao cálculo de imparidades, as quais tendo por base um critério de prudência e a experiência acumulada da Administração, são calculadas de acordo com a antiguidade da dívida, dado o elevado grau de subjetividade envolvido. Excetuam-se os casos, em que se as dívidas em causa forem reclamadas judicialmente, são de imediato consideradas não recuperáveis e sujeitas a cálculos de imparidades pela totalidade.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “imparidade de dívidas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade deixem de se verificar.

A variação verificada durante os exercícios de 2020 e 2021 nos saldos de perdas por imparidade das dívidas de clientes encontra-se desenvolvida no Quadro 13 dos “Quadros - ANEXO”, em anexo.

14. INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS (Não aplicável)

**15. CONCENTRAÇÕES EMPRESARIAIS (Não aplicável)****16. INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO Não aplicável)****17. EXPLORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS (Não aplicável)****18. AGRICULTURA (Não aplicável)****19. INVENTÁRIOS**

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como fórmula de custeio, em sistema de inventário permanente.

Os inventários são reconhecidos como gastos, no momento da realização do respetivo rédito ou no momento do seu consumo e ainda pelo reconhecimento quer de ajustamentos para o valor realizável líquido quer de quaisquer outros ajustamentos ou perdas.

Em 31 de março de 2021 a rubrica “inventários” apresentava a composição constante do Quadro 19 dos “Quadros - ANEXO”, em anexo.

20. CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO (Não aplicável)**21. RÉDITO**

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade sendo mensurado pela quantia da contraprestação acordada e contratada entre a empresa e os seus clientes, líquido do imposto sobre o valor acrescentado e tomando em consideração a quantia de quaisquer abatimentos e descontos concedidos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a sociedade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja, quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos, se necessário recorre-se ao método da percentagem de acabamento ou do método do lucro nulo na impossibilidade de determinar fiavelmente o desfecho dos contratos de prestação de serviço.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos como outros ganhos e perdas líquidos quando existe o direito de os receber.

O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

As quantias de cada categoria significativa de rédito reconhecidas durante o período são as constantes do Quadro 21 dos “Quadros - ANEXO”, em anexo.

22. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES (Não aplicável)**23. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS**

Os subsídios do Estado e outros entes públicos são reconhecidos ao seu valor nominal, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios de Entidades Públicas associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do período durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios de Entidades Públicas são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios de Entidades Públicas que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Em 31 de março de 2021, encontra-se registado um subsídio ao investimento no montante global inicial de 35.383.920,12€, já tendo sido recebido na sua totalidade, relativo a uma participação de 100% no âmbito de uma candidatura ao POVT - Programa Operacional Temático de Valorização do Território, Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais, destinado a participar a construção da “Central de Tratamento e Valorização de Resíduos da Ilha Terceira”. A participação a 100% teve a ver com o fato da empresa ter dado cumprimento às metas pré-estabelecidas no âmbito da referida candidatura.

Relativamente a este subsídio, já se encontra reconhecido como rendimento o montante total de 7.193.574,96€, dos quais 323.870,28€, são rendimentos do exercício de 2021.

Em 2019 foi registado um novo subsídio ao investimento, no montante de 784.544,90€, relativo a uma candidatura apresentada ao programa PO2020, relativamente à qual ainda não foram registados quaisquer rendimentos, uma vez que o investimento ainda se encontra em fase de desenvolvimento.

Uma vez que os subsídios ao investimento estão sujeitos a tributação, o aumento nos capitais próprios decorrente do registo dos mesmos, deve ter em conta a quantia de imposto que lhes está associada, pelo que foi registado o respetivo ajustamento global no montante de 5.650.616,73€, tendo este valor sofrido um reajustamento relativo à variação da taxa de imposto a que a Empresa se encontra sujeita no montante global de 268.217,85€. A regularizações relativas a esta rubrica ascendem, no primeiro trimestre de 2021 a 54.410,22€ e, o saldo a regularizar em períodos futuros ascende a 4.843.077,61€.

O imposto estimado imputável ao rendimento gerado pelos subsídios ao investimento encontra-se calculado à taxa de 16,8% (taxa de imposto em vigor no primeiro trimestre do exercício de 2021). Sempre que a taxa de imposto sofrer alterações, o valor do ajustamento estimado será reajustado.

Relativamente aos subsídios ao investimento, a Administração entende que estão a ser cumpridas as condições inerentes à atribuição dos mesmos, sendo expectável que sejam cumpridas até ao final do respetivo reconhecimento.

Em 31 de março de 2021 a rubrica “subsídios ao investimento” apresentava a composição constante do Quadro 23 dos “Quadros - ANEXO”, em anexo.

24. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO (Não aplicável)**25. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO**

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos, são refletidos nas demonstrações financeiras se forem considerados materialmente relevantes.

Após o encerramento do exercício, e até a elaboração do presente relatório, não se verificaram outros fatos suscetíveis de modificar a situação revelada nas contas, para os efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

26. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre rendimento do período compreende o imposto corrente e o imposto diferido. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, nestes casos os impostos diferidos são igualmente registados nas respetivas rubricas do capital próprio.

O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor. Relativamente ao cálculo da estimativa do imposto sobre o rendimento do exercício, é apurado de acordo com a matéria coletável estimada, tendo em conta os rendimentos sujeitos (o lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros períodos, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis).

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, sendo os ativos por impostos diferidos reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros tributáveis futuros suficientes para compensar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que foram formalmente aprovadas até à data do presente relato.

Até 31 de dezembro de 2020 foi reconhecido um passivo por imposto diferido no valor de 219,86€, relativo ao justo valor do Fundo de Compensação do Trabalho, nos termos previstos na FAQ n.º 28 da Comissão de Normalização Contabilística.

Uma vez que a empresa não reúne os requisitos previstos no n.º4 do artigo 3º do anexo ao Decreto-Lei n.º 372/2007 e, conseqüentemente, não cumpre os requisitos previstos no n.º2 do artigo 87º do CIRC, não sendo a mesma considerada como PME, pelo que está sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) apenas à taxa de 14,7% para o montante global de matéria coletável.

O imposto corrente sobre o rendimento, estimado e reconhecido na Demonstração dos Resultados para o período findo em 31 de março de 2021, bem como o imposto diferido, encontram-se detalhados no Quadro 26 dos “Quadros - ANEXO” e diz respeito neste período, apenas ao valor das tributações autónomas.

27. MATÉRIAS AMBIENTAIS (Não aplicável)

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A empresa reconhece os ativos financeiros, os passivos financeiros ou um instrumento de capital próprio apenas e quando a mesma se torna parte disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo ou ao justo valor.

A) Mensurados ao custo, estão os ativos e passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- i) Sejam á vista ou tenham uma maturidade definida;
- ii) Tenham associado um retorno fixo ou determinado;
- iii) Não sejam ou incorporem um instrumento financeiro derivado.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes ativos financeiros:

- Clientes e outras dívidas de terceiros (deduzido de perdas por imparidade);
- Outros ativos financeiros (deduzidos de eventuais imparidades);
- Contratos para conceder empréstimos (deduzidos de eventuais perdas por imparidade).
- Caixa e depósitos bancários (vencíveis a menos de 3 meses);

Estão incluídos nesta categoria os seguintes passivos financeiros:

- Fornecedores e outras dívidas de terceiros;
- Financiamentos obtidos (as despesas incorridas bem como encargos com juros são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do período ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de financiamentos obtidos);
- Outros passivos financeiros
- Contratos para contrair empréstimos.

B) Mensurados ao justo valor: estão os ativos e passivos financeiros não incluídos nas categorias do “custo”, sendo que as variações no respetivo justo valor são registadas em resultados como perdas por reduções de justo valor e ganhos por aumentos de justo valor.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes ativos financeiros:

- Outros ativos ou passivos financeiros que por definição sejam considerados nesta rubrica.

Os ativos financeiros incluídos nas categorias do “custo” ou “custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados como perdas por imparidade no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é reconhecida em resultados como reversões de perdas por imparidade, não sendo permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

A Entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Em 31 de março de 2021, encontra-se registada a subscrição do “Fundo de Compensação para o Trabalho” decorrente a obrigação legal prevista nas Leis nº 69/2013 e 70/2013 de 30 de agosto, relativa à contratação de trabalhadores após 01 de outubro de 2013, no montante global de 14.607,31€. Este valor é variável em função de novas admissões/demissões de trabalhadores.

Esta subscrição foi reconhecida como um ativo financeiro, na rubrica “outros investimentos financeiros”, mensurado pelo justo valor, com as respetivas variações reconhecidas em resultados, tendo-se considerado que o valor das unidades de participação divulgado pela entidade gestora do fundo como referencial prático para o efeito. As entregas mensais para o “Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho” são reconhecidas como gastos do período a que respeitam.

O Quadro 28 dos “Quadros - ANEXO” revela as principais rubricas de ativos e passivos financeiros, relacionados com o normal funcionamento da actividade da empresa a 31 de março de 2021.

29. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios dos empregados classificam-se em:

a) Benefícios de curto-prazo:

Os benefícios de curto prazo incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios, gratificações, despesas de representação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Administração. Incluem ainda contribuições para a Segurança Social, licença por doença, participação nos lucros e gratificações (pagos dentro dos 12 meses) e benefícios não monetários (cuidados médicos, alojamento, automóveis e bens ou serviços gratuitos).

O gasto relativo a participações nos lucros e/ou gratificações é relevado dentro do período em que o trabalhador prestou o seu contributo (desde que exista uma obrigação presente, legal/construtiva e que a mesma possa ser mensurada com fiabilidade). As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no

período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte.

b) Benefícios de médio/longo prazo:

Incluem-se nesta rubrica os benefícios relacionados com licença de longo serviço, jubileu ou outros benefícios de longo serviço, benefícios de invalidez de longo prazo, e se não foram liquidáveis dentro de 12 meses, a participação nos lucros, gratificações e remunerações diferidas.

A Entidade reconhece o gasto ou o passivo relativo ao benefício à medida que os trabalhadores vão adquirindo o direito ao mesmo, sendo os mesmos mensurados pelo valor presente.

c) Outros benefícios:

São ainda considerados benefícios pós-emprego as seguintes rubricas: pensões, outros benefícios de reforma, seguros de vida pós-emprego e cuidados médicos pós-emprego.

A empresa não tem qualquer responsabilidade contratual com o pagamento de complementos de pensões de reforma.

d) Benefícios de cessação:

Resultam de benefícios pagos em consequência da decisão da Entidade cessar o emprego de um empregado antes da data normal de reforma, ou da decisão de um empregado de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios.

e) Benefícios de remuneração em capital próprio:

Resulta do direito a receber por parte dos empregados, instrumentos de capital próprio emitidos pela Entidade, ou do fato do valor da obrigação a pagar aos empregados depender do preço futuro de instrumentos financeiros de capital próprio emitidos pela mesma.

No primeiro trimestre de 2021 a empresa apenas tem encargos com benefícios de curto prazo. A empresa manteve durante o período regularidade em matéria de pagamentos a pessoal.

O Quadro 29 dos "Quadros - ANEXO" reflete informações relativas ao pessoal e respetivos gastos.

30. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Administração informa que a empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do artigo 1º do Decreto-Lei nº 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 21º do Decreto-Lei nº 411/91 de 17 de outubro, a Administração informa que a situação da empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos estipulados.

31. OUTRAS INFORMAÇÕES

31.1. - Fornecimentos e Serviços Externos

O valor total desta rubrica ascendeu no primeiro trimestre de 2021 a 301.812,82€. O Quadro 31.1 dos "Quadros - ANEXO" apresenta em detalhe a decomposição desta rubrica.

31.2. - Outros Rendimentos e Ganhos

Os outros rendimentos e ganhos apresentados na demonstração dos resultados ascenderam em 31 de março de 2021 ao valor global de 323.880,25€ e as rubricas em causa constam do Quadro 31.2 dos “Quadros - ANEXO”.

31.3. - Outros Gastos e Perdas

A rubrica outros gastos e perdas comporta um montante total de 3.358,70€ no final do primeiro trimestre de 2021. A repartição deste montante pelas respetivas rubricas consta do Quadro 31.3 dos “Quadros - ANEXO”.

32. DIVULGAÇÕES ADICIONAIS PARA AS ENTIDADES A QUE SE REFEREM A ALÍNEA h) DO N.º1 DO ARTIGO 2.º E O N.º 4 DO ARTIGO 9.º, AMBAS DO DECRETO-LEI N.º 158/2009, DE 13 DE JULHO, COM A REDAÇÃO DADA PELO DECRETO-LEI N.º 98/2015, DE 2 DE JUNHO

Estando a TERAMB, EM sujeita à Certificação Legal de Contas, foi atribuída à sociedade de Revisores Oficiais de Contas “SVTM - Santos Vaz, Trigo Morais & Associados, SROC, Lda”, com sede em Rua Silva Brinco, n.º 148, São Mamede de Infesta, a emissão da Certificação Legal de Contas, tendo sido colocado à disposição o montante de 1.150,50€, a título de honorários relativos aos serviços prestados, no primeiro trimestre de 2021.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de março de 2021 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizada a respetiva emissão em 20 de julho de 2021.

Quadros do Anexo

31.Março.2021

(Montantes expressos em euros)

Quadro	4	FLUXOS DE CAIXA	
Caixa e seus Equivalentes			
		31.Dez.2020	31.Março.2021
Caixa		3.414,71	3.027,30
Depósitos à Ordem		53.300,56	67,61
Outros depósitos bancários		0,00	0,00
Ativos financeiros ao justo valor		0,00	0,00
		<u>56.715,27</u>	<u>3.094,91</u>

Quadro	5	POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS		
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS				
		Comparativo 2020	Diferencial	Comparativo Reexpresso
Rendimentos e Gastos				
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-616.932,14	-2.882,00	-619.814,14
Resultado líquido do período		<u>170.561,86</u>	<u>-2.882,00</u>	<u>167.679,86</u>
BALANÇO				
		Comparativo 2020	Diferencial	Comparativo Reexpresso
CAPITAL PRÓPRIO:				
Resultado líquido do período		170.561,86	-2.882,00	167.679,86
	Total do capital próprio	<u>27.433.559,66</u>	<u>-2.882,00</u>	<u>27.430.677,66</u>
PASSIVO CORRENTE:				
Fornecedores		463.012,33	2.882,00	465.894,33
	Total do passivo corrente	<u>1.455.360,91</u>	<u>2.882,00</u>	<u>1.458.242,91</u>
	Total do passivo	<u>7.554.753,04</u>	<u>2.882,00</u>	<u>7.557.635,04</u>
	Total do capital próprio e do passivo	<u>34.988.312,70</u>	<u>0,00</u>	<u>34.988.312,70</u>

Quadro	6	PARTES RELACIONADAS							
Entidades que participam no capital da empresa declarante									
	Entidade	NIF	Sede	Participação Valor	Participação %	Direitos de Voto	Ano de Início Participação		
	Município de Angra do Heroísmo	512 044 040	RAA-Portugal	1.170.000,00	60,00%	60,00%	2010		
	Município de Praia da Vitória	512 044 023	RAA-Portugal	780.000,00	40,00%	40,00%	2010		
Transações entre Partes Relacionadas									
	Entidade	NIF	Natureza	Vendas e/ou P. Serviços	P. Serviços Intragrupo	Proveitos Financeiros	Compras e Aq. Serviços	Acordos de Partilha de Custos	Custos Financeiros
	Município de Angra do Heroísmo	512 044 040	Acionista	198.596,02					
	Município de Praia da Vitória	512 044 023	Acionista	2.339,22					
	Serviços Municipalizados de AH	680 018 140	Acionista Comum						
	Praia Ambiente	512 097 780	Acionista Comum	55.502,96			12.591,67		
Saldos Pendentes a 31.03.2021									
	Entidade	NIF	Natureza	Valor a Receber	Valor a Pagar				
	Município de Angra do Heroísmo	512 044 040	Acionista	109.716,26	0,00				
	Município de Praia da Vitória	512 044 023	Acionista	45.378,35	0,00				
	Serviços Municipalizados de AH	680 018 140	Acionista Comum	0,00	0,00				
	Praia Ambiente	512 097 780	Acionista Comum	36.386,03	6.065,14				

Quadro	7	ATIVOS INTANGÍVEIS				
Ativo Bruto						
		Saldo em 31.Dez.2020	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alíneações	Correcções e Transferências	Saldo em 31.Março.2021
Goodwill		0,00	0,00	0,00		0,00
Projetos de desenvolvimento		0,00	0,00	0,00		0,00
Programas de computador		0,00	0,00	0,00		0,00
Propriedade industrial		0,00	0,00	0,00		0,00
Direitos de superfície		0,00	0,00	0,00		0,00
Outros ativos intangíveis		343.280,28	0,00	0,00		343.280,28
		<u>343.280,28</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>343.280,28</u>

Depreciações Acumuladas

	Saldo em 31.Dez.2020	Aumentos	Abates e Alineações	Correcções e Transferências	Saldo em 31.Março.2021
Goodwill	0,00	0,00	0,00		0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00		0,00
Programas de computador	0,00	0,00	0,00		0,00
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00		0,00
Direitos de superfície	0,00	0,00	0,00		0,00
Outros ativos intangíveis	83.829,02	2.857,81	0,00		86.686,83
	83.829,02	2.857,81	0,00	0,00	86.686,83

Quantia Líquida Escriturada Final

	Saldo em 31.Dez.2020	Saldo em 31.Março.2021
Goodwill	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00
Programas de computador	0,00	0,00
Propriedade industrial	0,00	0,00
Direitos de superfície	0,00	0,00
Outros ativos intangíveis	259.451,26	256.593,45
	259.451,26	256.593,45

Quadro 8 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Ativo Bruto

	Saldo em 31.Dez.2020	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alineações	Correcções e Transferências	Saldo em 31.Março.2021
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	37.019.165,15	0,00	0,00	0,00	37.019.165,15
Equipamento básico	1.477.464,84	0,00	0,00	0,00	1.477.464,84
Equipamento de transporte	186.804,12	0,00	0,00	0,00	186.804,12
Equipamento administrativo	14.181,46	0,00	0,00	0,00	14.181,46
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos fixos tangíveis	44.194,86	513,01	0,00	0,00	44.707,87
Activos fixos tangíveis em curso	568.127,20	158.834,37	0,00	0,00	726.961,57
	39.309.937,63	159.347,38	0,00	0,00	39.469.285,01

Depreciações Acumuladas

	Saldo em 31.Dez.2020	Aumentos	Abates e Alineações	Correcções e Transferências	Saldo em 31.Março.2021
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	6.103.362,48	307.427,00	0,00	0,00	6.410.789,48
Equipamento básico	876.984,16	42.751,35	0,00	0,00	919.735,51
Equipamento de transporte	110.038,99	3.903,31	0,00	0,00	113.942,30
Equipamento administrativo	12.066,84	352,07	0,00	0,00	12.418,91
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos fixos tangíveis	23.519,10	1.490,25	0,00	0,00	25.009,35
	7.125.971,57	355.923,98	0,00	0,00	7.481.895,55

Quantia Líquida Escriturada Final

	Saldo em 31.Dez.2020	Saldo em 31.Março.2021
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	30.915.802,67	30.608.375,67
Equipamento básico	600.480,68	557.729,33
Equipamento de transporte	76.765,13	72.861,82
Equipamento administrativo	2.114,62	1.762,55
Equipamentos biológicos	0,00	0,00
Outros activos fixos tangíveis	20.675,76	19.698,52
Activos fixos tangíveis em curso	568.127,20	726.961,57
	32.183.966,06	31.987.389,46

Quadro 11 CUSTOS DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Valor Contratual	31.Dez.2020				31.Março.2021				
	Corrente		Não Corrente		Corrente		Não Corrente		
	Saldo Inicial	Saldo Final	Saldo Inicial	Saldo Final	Saldo Inicial	Saldo Final	Saldo Inicial	Saldo Final	
Instituições de Crédito/Soc. Financeiras	192.765,65	203.031,84	1.622.357,17	1.419.325,28	203.031,84	159.016,64	1.419.325,28	1.419.325,28	
Participantes de Capital: Suprimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Financiadores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	192.765,65	203.031,84	1.622.357,17	1.419.325,28	203.031,84	159.016,64	1.419.325,28	1.419.325,28	
	31.Dez.2020	31.Março.2021							
Custos dos empréstimos obtidos	86.459,99	20.102,67							

Quadro 13 IMPARIDADE DE ATIVOS

Imparidades - Dívidas de Clientes

	31.Dez.2020	31.Março.2021
Clientes de Cobrança Duvidosa:		
Relativos a PER	0,00	0,00
Reclamados judicialmente	1.347,52	1.347,52
Em mora:	1.462,95	1.548,57
Há mais de 6 meses e até 12 meses	0,00	0,00
Há mais de 12 meses e até 18 meses	0,00	0,00
Há mais de 18 meses e até 24 meses	175,33	0,00
Há mais de 24 meses	1.287,62	1.548,57
Totais	2.810,47	2.896,09

	31.Dez.2020				31.Março.2021			
	Saldo Inicial	Reversão	Reforço	Saldo Final	Saldo Inicial	Reversão	Reforço	Saldo Final
Imparidades:								
Relativos a PER				0,00	0,00			0,00
Reclamados judicialmente	436,63		910,89	1.347,52	1.347,52			1.347,52
Em mora:	1.111,94	0,00	307,18	1.419,12	1.419,12	0,00	0,00	1.419,12
Há mais de 6 meses e até 12 meses	0,00			0,00	0,00			0,00
Há mais de 12 meses e até 18 meses	0,00			0,00	0,00			0,00
Há mais de 18 meses e até 24 meses	0,00		131,50	131,50	131,50			131,50
Há mais de 24 meses	1.111,94		175,68	1.287,62	1.287,62			1.287,62
Totais	1.548,57	0,00	1.218,07	2.766,64	2.766,64	0,00	0,00	2.766,64

Quadro 19 INVENTÁRIOS

CMVMC / Variação de Produção

	31.Dez.2020		31.Março.2021	
	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo
Inventário Inicial	0,00	750.170,23	0,00	883.792,23
Compras	0,00	735.224,28	0,00	204.373,84
Reclassificações/Regularizações	0,00	18.211,86	0,00	-13.896,20
Inventário Final	0,00	883.792,23	0,00	989.398,63
Custo das Mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0,00	619.814,14	0,00	84.871,24

Quadro 21 RÉDITO

	31.Dez.2020	31.Março.2021
	Valor Reconhecido	Valor Reconhecido
Vendas	1.265.839,06	280.165,47
Prestação de serviços	1.851.488,93	456.735,29
Subsídios à Exploração	29.093,43	290,40
Rendimentos Suplementares	301,86	0,00
Subsídios ao Investimento	1.295.481,16	323.870,28
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Totais	4.442.204,44	1.061.061,44

Quadro 23 SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DE ENTIDADES PÚBLICAS

Subsídios relacionados com ativos e Subsídios destinados à exploração

	31.Dez.2020					31.Março.2021				
	Subsídio Atribuído	Valor Imputado a períodos anteriores	Regularização do período	Regularizações Acumuladas	Valor a regularizar em períodos futuros	Subsídio Atribuído	Valor Imputado a períodos anteriores	Regularização do período	Regularizações Acumuladas	Valor a regularizar em períodos futuros
Subsídios relacionados com ativos:										
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	33.692.043,30	4.569.393,45	1.121.945,04	5.691.338,49	28.000.704,81	33.692.043,30	5.691.338,49	280.486,23	5.971.824,72	27.720.218,58
Equipamento básico	1.295.512,44	694.849,02	158.936,12	853.785,14	441.727,30	1.295.512,44	853.785,14	39.734,04	893.519,18	401.993,26
Equipamento de transporte	146.000,00	59.616,67	14.600,00	74.216,67	71.783,33	146.000,00	74.216,67	3.650,01	77.866,68	68.133,32
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos fixos tangíveis	250.364,38	250.364,38	0,00	250.364,38	0,00	250.364,38	250.364,38	0,00	250.364,38	0,00
Totais	35.383.920,12	5.574.223,52	1.295.481,16	6.869.704,68	28.514.215,44	35.383.920,12	6.869.704,68	323.870,28	7.193.574,96	28.190.345,16
	31.Dez.2020					31.Março.2021				
	Saldo Inicial	Regularização	Saldo Final			Saldo Inicial	Regularização	Saldo Final		
Impostos sobre subsídios	5.115.128,67	-217.640,84	4.897.487,83			4.897.487,83	-54.410,22	4.843.077,61		
	31.Dez.2020					31.Março.2021				
Valor contratualizado de subsídios relacionados com ativos	29.298.760,34					28.974.890,06				
Valor líquido subsídios relacionados com ativos	24.401.272,51					24.131.812,45				
Valor subsídios à exploração	29.093,43					290,40				

Reconciliação da Taxa Efectiva de Impostos

	31.Dez.2020	31.Março.2021
Resultado contabilístico do período (antes de impostos)	175.129,64	64.315,87
Resultados fiscal do período	167.866,52	64.478,77
Reporte de prejuízos fiscais	117.506,56	45.135,14
Matéria coletável do período	50.359,96	19.343,63
Imposto corrente	8.460,47	2.740,91
Tributações autónomas	408,14	81,97
Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento	1.542,36	102,60
Taxa efetiva de imposto	16,80%	14,17%

Ativos e Passivos por Impostos Diferidos

	Ativos					Passivos				
	31.Dez.2020		31.Março.2021			31.Dez.2020		31.Março.2021		
	Saldo Inicial	Regularização	Saldo Final	Regularização	Saldo Final	Saldo Inicial	Regularização	Saldo Final	Regularização	Saldo Final
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prejuízos Fiscais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Justo Valor do FCT (FAQ nº 28 CNC)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-96,34	0,00	-219,86	0,00	-219,86
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-96,34	0,00	-219,86	0,00	-219,86

Imposto sobre o Rendimento

	31.Dez.2020	31.Março.2021
Imposto Corrente	7.326,26	2.822,88
Imposto Diferido	-219,86	0,00
	-7.546,12	-2.822,88

Estado e Outros Entes Públicos

	31.Dez.2020	31.Março.2021
Ativo:		
IRC - A Recuperar	10.829,30	10.829,30
IRC - PEC's e Ret. na fonte a recuperar	0,00	0,00
IVA - A Recuperar	20.446,83	24.250,31
IVA - Reembolsos Pedidos	50.000,00	0,00
Restantes Impostos	0,00	0,00
	81.276,13	35.079,61
Passivo:		
IRC - A Pagar	0,00	2.822,88
IRS - Retenções na fonte a pagar	5.130,48	5.804,73
IVA - A Pagar	0,00	0,00
Restantes Impostos	0,00	0,00
Contribuições para a Segurança Social	17.608,07	18.757,46
Contribuições para a CGA	0,00	0,00
Contribuições ADSE	0,00	0,00
Tributos das Autarquias	0,00	0,00
	22.738,55	27.385,07

Quadro 28 INSTRUMENTOS FINANCEIROS/ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Outros Investimentos Financeiros

	Saldo em 31.Dez.2020	Subscrições	Resgates	Variações Justo Valor	Saldo em 31.Março.2021
Outros investimentos Financeiros					
Fundo de Compensação do Trabalho	13.932,77	827,35	152,81	0,00	14.607,31
	13.932,77	827,35	152,81	0,00	14.607,31

Ativos Financeiros - Clientes

	31.Dez.2020	31.Março.2021
	Valor Nominal	Valor nominal
Clientes:		
Clientes Correntes	600.822,46	711.661,94
Clientes de Cobrança Duvidosa	2.810,47	2.810,47
Perdas por Imparidade Acumuladas	-2.766,64	-2.766,64
Valor Líquido de Clientes	600.866,29	711.705,77

Ativos Financeiros - Outros créditos a receber

	31.Dez.2020	31.Março.2021
Fornecedores (saldos contrários)	4.113,56	14.520,09
Adiant. e outras operações com o pessoal	876,18	606,07
Devedores por acréscimos de rendimentos	226.435,96	191.574,87
Outros devedores	657.282,01	443.548,70
	888.707,71	650.249,73

Ativos Financeiros - Diferimentos

	31.Dez.2020	31.Março.2021
Seguros	19.604,98	7,27
	19.604,98	7,27

Passivos Financeiros - Fornecedores

	31.Dez.2020	31.Março.2021
Fornecedores C/C	465.894,33	528.879,66
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
	<u>465.894,33</u>	<u>528.879,66</u>

Passivos Financeiros - Estado e Outros Entes Públicos

	31.Dez.2020	31.Março.2021
IRC - A Pagar	0,00	2.822,88
IRS - Retenções na fonte a pagar	5.130,48	5.804,73
IVA - A Pagar	0,00	0,00
Restantes Impostos	0,00	0,00
Contribuições para a Segurança Social	17.608,07	18.757,46
Contribuições para a CGA	0,00	0,00
Contribuições ADSE	0,00	0,00
Tributos das Autarquias	0,00	0,00
	<u>22.738,55</u>	<u>27.385,07</u>

Passivos Financeiros - Empréstimos Bancários

	31.Dez.2020	31.Março.2021
Não correntes:		
Empréstimos Bancários	1.419.325,28	1.419.325,28
Leasing	0,00	0,00
	<u>1.419.325,28</u>	<u>1.419.325,28</u>
Correntes:		
Cartões de Crédito	0,00	0,00
Descobertos Bancários	0,00	5.759,45
Contas Correntes Cauçionadas	0,00	0,00
Leasing	0,00	0,00
Empréstimos Bancários	203.031,84	153.257,19
	<u>203.031,84</u>	<u>159.016,64</u>

Passivos Financeiros - Outras dívidas a pagar

	31.Dez.2020	31.Março.2021
Clientes (saldo contrários)	44,65	702,38
Pessoal	351,29	0,05
Fornecedores de Investimentos	439.946,86	346.544,95
Credores por acréscimos de gastos	107.927,97	99.769,35
Outros Credores	4.898.154,41	4.843.572,31
	<u>5.446.425,18</u>	<u>5.290.589,04</u>

Passivos Financeiros - Diferimentos

	31.Dez.2020	31.Março.2021
Rendimentos a Reconhecer	0,00	0,00
	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>

Quadro 29 BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS, PESSOAS AOS SERVIÇO E GASTOS COM PESSOAL

Pessoas ao Serviço e Horas Trabalhadas

	31.Dez.2020		31.Março.2021	
	Pessoas	Trabalhadas	Pessoas	Trabalhadas
Pessoas ao serviço da empresa, remuneradas e não remuneradas:	43	84.320	43	21.328
Pessoas REMUNERADAS	43	84.320	43	21.328
Pessoas NÃO REMUNERADAS	0	0	0	0
Pessoas ao serviço da empresa, por tipo de horário:	43	84.320	43	21.328
Pessoas a TEMPO COMPLETO	43	84.320	43	21.328
Das quais: Pessoas REMUNERADAS a TEMPO COMPLETO	43	84.320	43	21.328
Pessoas a TEMPO PARCIAL	0	0	0	0
Das quais: Pessoas REMUNERADAS a TEMPO PARCIAL	0	0	0	0
Pessoas ao serviço da empresa, por sexo:	43	84.320	43	21.328
Homens	37	72.320	37	18.352
Mulheres	6	12.000	6	2.976
Pessoas ao serviço da empresa, das quais:	0	0	0	0
Afetas à I&D	0	0	0	0
Pessoas Colocadas através de agências de trabalho temporário	0	0	0	0

Gastos com Pessoal

	31.Dez.2020	31.Março.2021
Remunerações dos órgãos sociais	39.264,19	11.488,38
Das quais: Participação nos lucros		
Remunerações do pessoal	675.108,45	159.761,80
Das quais: Participação nos lucros		
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00
Prémios para pensões	0,00	0,00
Outros Benefícios	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre remunerações	173.567,64	37.835,18
Contribuições para a Segurança Social	160.895,22	37.767,95
Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho	301,71	67,23
Regime de Capitação	12.370,71	0,00
Quotizações ADSE	0,00	0,00
Seguros de Acidentes de Trabalho	20.679,00	13.094,76
Gastos de ação social	0,00	0,00
Outros Gastos com Pessoal	44.722,12	5.648,20
Formação	4.852,10	0,00
Higiene e segurança no trabalho	722,00	455,00
Fardamento	39.148,02	5.193,20
Outros	0,00	0,00
Total Gastos com Pessoal	953.341,40	227.828,32

Quadro 31 OUTRAS INFORMAÇÕES

31.1. - Fornecimentos e Serviços Externos

	31.Dez.2020	31.Março.2021
Subcontratos	131.142,91	17.521,86
Serviços Especializados	941.164,61	247.543,95
Trabalhos especializados	552.093,74	129.470,98
Publicidade	0,00	0,00
Vigilância e segurança	0,00	0,00
Honorários	1.050,00	320,00
Comissões	0,00	0,00
Conservação	380.894,21	116.282,74
Serviços Bancários	7.099,81	1.470,23
Outros Serviços Especializados	26,85	0,00
Material	60.746,16	8.582,41
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	5.829,02	981,90
Livros e documentação técnica	35,60	0,00
Material de Escritório	1.644,93	381,87
Artigos para oferta	0,00	0,00
Outros materiais	53.236,61	7.218,64
Energia e Fluidos	48.988,63	10.701,92
Electricidade	1.687,52	378,66
Combustíveis	43.744,09	9.326,18
Água	2.353,43	396,84
Outros	1.203,59	600,24
Deslocações e estadas	1.395,73	0,00
Serviços diversos	58.242,09	17.462,68
Rendas e alugueres	4.382,20	275,40
Comunicações	30.360,75	6.349,25
Seguros	8.516,82	6.995,24
Royalties	0,00	0,00
Contencioso e notariado	254,16	506,00
Despesas de representação	954,97	8,50
Limpeza, higiene e conforto	2.917,41	233,37
Outros serviços diversos	10.855,78	3.094,92
Total FSE	1.241.680,13	301.812,82

31.2. - Outros Rendimentos e Ganhos

	31.Dez.2020	31.Março.2021
Rendimentos Suplementares	301,86	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	100.054,49	0,00
Rend./Ganhos em Activos Financeiros	76,01	9,43
Rend./Ganhos em Inv. não Financeiros	0,00	0,00
Outros (inclui reg. Sub. Investimento)	1.295.481,21	323.870,82
Juros Obtidos	0,00	0,00
Dividendos Obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos e Ganhos de Financiamentos	0,00	0,00
Total Outros Rendimentos e Ganhos	1.395.913,57	323.880,25

31.3. - Outros Gastos e Perdas

	31.Dez.2020	31.Março.2021
Impostos	28.956,92	1.610,70
Descontos concedidos	0,00	0,00
Dívidas Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em Inventários	0,00	0,00
Gastos/Perdas nos restantes Invest. Financeiros	0,00	0,00
Gastos/Perdas nos restantes Invest. não financ.	691,17	162,90
Outros	6.283,50	1.585,10
Juros de mora e compensatórios	0,00	0,00
Outros Juros	0,00	0,00
Dif. de câmbio desfavoráveis - Outras	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamentos	0,00	0,00
Total Outros Gastos e Perdas	35.931,59	3.358,70

Contabilista Certificada
N.º 3779

(Paula Cristina Nunes Azevedo Santos)

O Conselho de Administração

(Raquel Gomes Caetano Ferreira)

(Nuno Miguel Aguiar de Meneses)

(Maria do Anjo Condesso Ekstrom)

TERAMB-Emp. Municip. Gest. Valor. Ambiental IT, EM

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

31. Dez. 2020

(Montantes expressos em euros)

	Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período 2020	1.950.000,00	-	-	-	26.096,28	53.083,05	144.879,89	-	-	25.823.293,11	343.485,79	28.340.838,12
Alterações no período:												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e Intangíveis												
Variações dos excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e Intangíveis												
Ajustamentos por impostos diferidos												
Efeito de aquisição / alienação de participadas												
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:												
Prestações acessórias de capital												
Transferência de Resultados					17.715,69	176.176,36	160.421,74				(343.485,79)	10.828,00
Correcções relativas a exercícios anteriores - Correcções no comparativo							(10.828,00)					(10.828,00)
Subsídios ao investimento										(1.077.840,32)		(1.077.840,32)
Doações												
Resultado líquido do período					17.715,69	176.176,36	149.593,74			(1.077.840,32)	(343.485,79)	(1.077.840,32)
Resultado integral											167.679,86	167.679,86
Operações com detentores de capital no período											(175.805,93)	(910.160,46)
Realizações de capital												
Realizações de prémios de emissão												
Distribuições												
Entradas para cobertura de perdas												
Outras operações												
Posição no fim do período	1.950.000,00	-	-	-	43.811,97	239.259,41	294.473,63	-	-	24.745.452,79	167.679,86	27.430.671,66

Comunicada e Certificada
n.º 177/20

(Paula Cristina Azevedo Santos)

O Conselho de Administração

(Rui Miguel Aguiar de Meneses)

(Miguel Aguiar de Meneses)

(Maria do Anjo Condesso Estrom)

TERAMB-Emp. Municip. Gest. Valor. Ambiental IT, EM

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

31. Março. 2021

(Montantes expressos em euros)

	Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transiados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período 2020	1.950.000,00	-	-	-	43.811,97	229.259,41	294.473,63	-	-	24.745.452,79	167.679,86	27.430.677,66
Alterações no período:												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis												
Variações dos excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis												
Ajustamentos por impostos diferidos												
Efeito de aquisição / alienação de participadas												
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:												
Prestações accessorias de capital												
Transferência de Resultados							167.679,86				(167.679,86)	
Correcções relativas a exercícius anteriores - Correcções no Comparativo												
Subsídios ao investimento												
Doações												
							167.679,86			(269.460,06)	(167.679,86)	(269.460,06)
Resultado líquido do período											61.492,99	61.492,99
Resultado integral											(106.186,87)	(207.967,07)
Operações com detentores de capital no período												
Realizações de capital												
Realizações de prémios de emissão												
Distribuições												
Entradas para cobertura de perdas												
Outras operações												
Posição no fim do período	1.950.000,00	-	-	-	43.811,97	229.259,41	462.153,49	-	-	24.475.992,73	61.492,99	27.222.710,59

Contabilista Certificada
Nº 77799

(Paula Cristina Nunes Azevedo Santos)

O Conselho de Administração

(Rogério Gomes Caetano Ferreira)

(Nuno Manuel Aguiar de Almeida)

(Maria do Rocio Condesso Ekstrom)

TERAMB-Emp. Municip. Gest. Valor. Ambiental IT, EM

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

31.Março.2021

(Montantes expressos em euros)

	31.Março.2021	31.Dez.2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de clientes	738.316,49	3.461.408,82
Pagamentos a fornecedores	-546.403,59	-2.223.496,34
Pagamentos ao pessoal	-136.902,58	-573.056,01
Caixa gerada pelas operações	55.010,32	664.856,47
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	3.818,52	-291.095,35
Outros recebimentos / pagamentos	-2.813,20	-7.257,49
Fluxos das actividades operacionais [1]	56.015,64	366.503,63
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	-259.006,74	-227.019,28
Activos Intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	-305,91	-1.231,60
Outros activos	0,00	0,00
	-259.312,65	-228.250,88
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	0,00	28.796,13
Activos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	-114,52	1.383,81
Outros activos	0,00	0,00
Subsídios ao investimento	213.879,04	30.464,00
Juros e rendimentos similares	0,00	27,81
Dividendos	0,00	0,00
	213.764,52	60.671,75
Fluxos das actividades de investimento [2]	-45.548,13	-167.579,13
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	5.759,45	0,00
Realizações de capital e de outros Instrumentos de capital próprio	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos	0,00	0,00
Doações	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
	5.759,45	0,00
Fluxos das actividades de financiamento [3]	5.759,45	0,00
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-49.774,65	-192.960,03
Juros e gastos similares	-20.072,67	-86.469,01
Dividendos	0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
	-69.847,32	-279.429,04
Fluxos das actividades de financiamento [3]	-64.087,87	-279.429,04
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	-53.620,36	-80.504,54
Efeito das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	56.715,27	137.219,81
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3.094,91	56.715,27

Contabilista Certificada
37/19

(Paula Cristina Nunes Azevedo Santos)

O Conselho de Administração

(Raquel Gomes Caetano Ferreira)

(Inno Miguel Aguiar de Meneses)

(Maria do Anjo Condesso Ekstrom)

TERAMB-Emp. Municip. Gest. Valor. Ambiental IT, EM

Contribuinte: 509620515
Período findo em: 31.Março.2021

Pág. 1/1
Moeda: EUR

Comportamento Principais Rubricas de Rendimentos e Ganhos

Rubricas	31.Março.2021	31.Dez.2020	%
Vendas e serviços prestados	736.900,76	3.117.327,99	-76,36
Subsídios à exploração	290,40	29.093,43	-99,00
Outros Rendimentos e Ganhos	323.880,25	1.395.913,57	-76,80
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	0,00	

Comportamento Principais Rubricas de Gastos e Perdas

Rubricas	31.Março.2021	31.Dez.2020	%
CMVMC	84.871,24	619.814,14	-86,31
Fornecimentos e Serviços Externos	301.812,82	1.241.680,13	-75,69
Gastos com Pessoal	227.828,32	953.341,40	-76,10
Outros Gastos e Perdas	3.358,70	35.931,59	-90,65
Gastos Depreciações/Amortizações	358.781,79	1.429.090,21	-74,89
Juros e gastos similares suportados	20.102,67	86.459,99	-76,75

Estrutura de Resultados

Rubricas	31.Março.2021	31.Dez.2020	%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	443.200,33	1.690.679,84	-73,79
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	84.418,54	261.589,63	-67,73
Resultado antes de impostos	64.315,87	175.129,64	-63,28
Impostos sobre o rendimento do período	2.822,88	7.449,78	-62,11
Resultado líquido do período	61.492,99	167.679,86	-63,33

Margem de Comercialização

Rubricas	31.Março.2021	31.Dez.2020	%
Vendas e serviços prestados	736.900,76	3.117.327,99	-76,36
CMVMC	84.871,24	619.814,14	-86,31
Margem em Valor	652.029,52	2.497.513,85	-73,89
Margem em %	88,48	80,12	10,44

Ponto crítico das Vendas/Margem de segurança

Rubricas	31.Março.2021	31.Dez.2020	%
Vendas e serviços prestados	736.900,76	3.117.327,99	-76,36
Gastos Fixos(FSE's+Pessoal+Outros Gastos e Perdas + Depreciações)	891.781,63	3.660.043,33	-75,63
Ponto crítico(Gastos Fixos/(Mg bruta/Vol. Negócios)	1.007.860,14	4.568.365,26	-77,94
Margem de segurança (Vol. Negócios - Ponto Critico)	-270.959,38	-1.451.037,27	-81,33
Gastos Fixos em % Volume de Negócios	121,02	117,41	3,07
Margem de Segurança em % Volume de Negócios	-36,77	-46,55	-21,01

Comportamento da Tesouraria

Rubricas	31.Março.2021	31.Dez.2020	%
Capitais Permanentes (1)	33.322.102,72	33.530.069,79	-0,62
Activo não corrente (2)	32.258.878,33	32.457.638,20	-0,61
Fundo de Maneio (3=1-2)	1.063.224,39	1.072.431,59	-0,86
Necessidades de Exploração (4)	1.736.184,01	1.565.934,65	10,87
Recursos de Exploração (5)	556.264,73	488.632,88	13,84
Fundo Maneio Necessário de Exploração (6=4-5)	1.179.919,28	1.077.301,77	9,53
Necessidades Extra-Exploração (7)	649.968,89	908.024,58	-28,42
Recursos Extra-Exploração (8)	769.758,69	969.610,03	-20,61
Fundo Maneio Necessário Extra-Exploração (9=7-8)	-119.789,80	-61.585,45	94,51
Fundo de Maneio Necessário (10=6+9)	1.060.129,48	1.015.716,32	4,37
Tesouraria Global (11=3-10)	3.094,91	56.715,27	-94,54

Indicadores

Rubricas	31.Março.2021	31.Dez.2020	%
Liquidez Geral Activo Corrente/Passivo Corrente	1,80	1,74	3,83
Liquidez Reduzida (Activo corrente - Inventários)/Passivo Corrente	1,06	1,13	-6,52
Liquidez Imediata Meios Financeiros Líquidos/Passivo Corrente	0,00	0,04	-94,00
Solvabilidade Capital Próprio/Passivo	3,67	3,63	1,01
Autonomia Financeira Capital Próprio/Activo líquido x 100	78,57	78,40	0,22
Prazo Médio Recebimentos (Cliente/Vol. Negócios)x360 dias	348	69	401,07
PMP(RCM n° 34/2008 de 22/2) ((Fornecedores/4)/(Compras+FSEs))x365 dias	95	22	343,35
Rentabilidade Capitais Próprios Resultado Líquido/Capital Próprio x 100	0,23	0,61	-63,05

Anexo II - Parecer Revisor Oficial de Contas



RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Introdução

Efetuámos uma revisão limitada das demonstrações financeiras anexas da **Teramb – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EM** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de março de 2021 que evidência um total de 34.648.126,14 euros e um total de capital próprio de 27.222.710,59 euros incluindo um resultado líquido de 61.492,99 euros, as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa relativas ao período de três meses findo naquela data e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Responsabilidades do órgão de gestão

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa na Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística, e pela criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro.

Responsabilidades do auditor

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma conclusão sobre as demonstrações financeiras anexas. O nosso trabalho foi efetuado de acordo com as normas internacionais de revisão limitada de demonstrações financeiras e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estas normas exigem que o nosso trabalho seja conduzido de forma a concluir se algo chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras, como um todo, não estão preparadas em todos os aspetos materiais de acordo com as Normas de Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

Uma revisão limitada de demonstrações financeiras é um trabalho de garantia limitada de fiabilidade. Os procedimentos que efetuámos consistem fundamentalmente em indagações e procedimentos analíticos e consequente avaliação da prova obtida.

Os procedimentos efetuados numa revisão limitada são significativamente mais reduzidos do que os procedimentos efetuados numa auditoria executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). Consequentemente, não expressamos uma opinião de auditoria sobre estas demonstrações financeiras.

www.hlb.svtm.pt

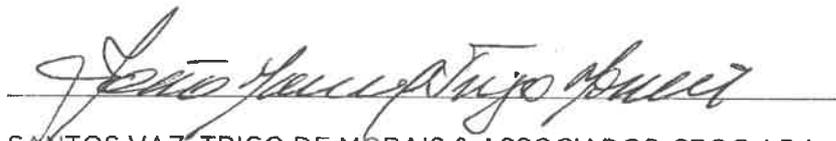
Rua da Alegria, 785 - E14 | 4000-047 PORTO - Portugal
TLF: +351 22 903 93 71/2 TLM: +351 93 903 93 71 EMAIL: geral@hlab.svtm.pt

INSCRITA NA OROC SOB O N.º 155 E NA CMVM SOB O N.º 20161465 - CAPITAL SOCIAL €10.000,00 - NIPC 504 096 664
Santos Vaz, Trigo de Morais & Associados, SROC, Lda, pertence à rede de entidades membros da HLB International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Conclusão

Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que as demonstrações financeiras anexas não apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Teramb – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EM** em 31 de março de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período de três meses findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

Porto, 30 de agosto de 2021



SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por João Manuel Trigo de Morais, ROC N.º 881

Anexo III - Ata Assembleia Geral

ATA n.º 62

Ao vigésimo quarto dia do mês de agosto de dois mil e vinte um, pelas nove horas, reuniu na sede social da TERAMB – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EEM, sita na Central de Tratamento e Valorização de Resíduos da Ilha Terceira, canada do Cidral, n.º 55, 9700-135, freguesia de São Bento, concelho de Angra do Heroísmo, a Assembleia Geral da TERAMB, EM, com o número de pessoa coletiva e de registo na Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo 509620515, com o capital social de 1.950.000,00€ (um milhão e novecentos e cinquenta mil euros). -----

Estiveram presentes em representação dos sócios: José Gabriel Álamo de Meneses, qualidade de presidente da mesa da assembleia e representante do acionista Município de Angra do Heroísmo, com uma quota de 60%, no valor nominal de 1.170.000,00 € (um milhão e cento e setenta mil euros) e Tibério Manuel Faria Dinis, na qualidade de secretário da mesa da assembleia e representante do acionista Município da Praia da Vitória, com uma quota de 40%, no valor nominal de 780.000,00€ (setecentos e oitenta mil euros)-----

Estando representada a totalidade do capital social, os sócios demonstraram vontade de, com dispensa de quaisquer formalidades prévias, se constituírem em assembleia geral, para deliberarem sobre a seguinte ordem de trabalhos: -----

1) Apreciação do Relatório de Gestão e Contas do primeiro trimestre de 2021-----

Nos termos do exarado na alínea e) do n.º 1 do artigo 42º da Lei 50/2012 de 31 de agosto e da alínea g) do artigo 15º dos estatutos da Teramb, EM, procedeu-se à apreciação e discussão do documento em título e deliberou-se por unanimidade aprová-los e propô-los às Câmaras Municipais. As principais rubricas das demonstrações económico-financeiras aprovadas são:

- i. Total do Ativo: 34.648.126,14 €-----
- ii. Total do Passivo: 7.425.415,55 €-----
- iii. Capitais Próprios: 27.222.710,59 €-----
- iv. Volume de negócios: 736.900,76 €-----
- v. Resultados Líquidos: + 61.492,99 €-----

2) Alteração de objeto social-----

Deliberou-se por unanimidade o alargamento do âmbito da atividade e objeto social para incluir as atividades de construção, gestão e exploração da zona industrial criada pelo projeto Acores-03-0853-FEDER-000041 – Infraestruturas de Acolhimento Empresarial para PME, apoiado a 85% a fundo perdido pelo Programa Operacional Açores 2020 e cujo promotor é a TERAMB e pedido do respetivo CAE associado a esta atividade.

Foi emitida certidão pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo com a atribuição do número de polícia e atualização da freguesia e rua. Deliberou-se por unanimidade a alteração da designação da morada da sede da empresa que passa a denominar-se: Central de Tratamento e Valorização de Resíduos da Ilha Terceira, canada do Cidral, n.º 55, 9700-135 São Bento, Angra do Heroísmo. -----

4) Sexta alteração dos estatutos

Em consequência das alterações vertidas nos pontos 2 e 3, a Assembleia Geral deliberou por unanimidade que se proceda à atualização dos estatutos, passando assim os artigos 2º e 3º a ter a seguinte redação: -----

Artigo 2º

Sede, representação e duração

1. A TERAMB E.M., tem a sua sede na Central de Tratamento e Valorização de Resíduos da Ilha Terceira, canada do Cidral, n.º 55, 9700-135 São Bento, Angra do Heroísmo, na Ilha Terceira. -----
2. e seguintes inalterados-----

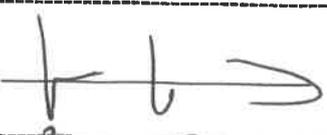
Artigo 3º

Objeto

1. A TERAMB E.M., é uma Empresa Municipal de gestão e valorização de resíduos, encarregada prioritariamente dos serviços de interesse geral de gestão, tratamento e valorização de resíduos sólidos urbanos dos Municípios de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória. -----
2. A TERAMB E.M., exerce atividades no âmbito da construção, gestão, exploração, tratamento e valorização de sistemas de resíduos sólidos, de abastecimento de águas e de energias renováveis, bem como de zonas industriais de vocação industrial, comercial e de serviços que contribuam para o desenvolvimento económico e tecnológico da ilha Terceira e dos Açores. -----
3. e seguintes inalterados-----

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião, cujas deliberações foram aprovadas, por unanimidade e lavradas em ata que depois de lida e aprovada será assinada pelos representantes dos sócios presentes. -----

O Presidente-----

(José Gabriel Álamo de Meneses) 

O Secretário-----

(Tibério Manuel Faria Dinis) 



RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO PROGRAMA

Ano 2021 – 1º trimestre

Objetivo	Meta	Indicador	Resultado	Observações
<i>Valorização energética de resíduos</i>	I.IJ) Disponibilidade da instalação superior a 90%	II.IJ) Disponibilidade =(horas possíveis - horas paragens programadas) /horas possíveis	Horas possíveis=2160 h Horas paragem programadas=0 h Horas de funcionamento =2044,39 h Disponibilidade =(2160-0) /2160 =100%	Em execução
<i>Valorização de resíduos urbanos biodegradáveis</i>	I.IJ) Desviar da deposição em bolsa todos os resíduos urbanos biodegradáveis (100%) provenientes da limpeza e manutenção de espaços verdes e jardins com vista à sua posterior valorização orgânica	II.IJ) % de resíduos urbanos biodegradáveis desviados da deposição em bolsa para resíduos urbanos banais, medidos através do registo informático da báscula.	Quantidade de resíduos 20 02 01 entregues= 625,890 ton Quantidade de resíduos 20 02 01 depositados em aterro=0 ton % depositada em aterro=0% % valorizada=100%	Em execução
<i>Tratamento e valorização de subprodutos animais</i>	Tratar e valorizar energeticamente 90% dos sub produtos animais	Toneladas de resíduos entregues no CTVRIT e valorizados no Centro de processamento de resíduos animais, medidos através do registo informático da báscula.	Quantidade SPOAS entregues= 1.987,69 ton Quantidade valorizada= 1.987,69 ton % valorizada = 100%	Em execução
<i>Tratamento e valorização dos resíduos depositados em bolsa- recuperação ambiental dos espaços</i>	Tratar, valorizar energeticamente e recuperação ambiental dos aterros existentes no CTVRIT	Toneladas de resíduos entregues e valorizados no Centro de Valorização Energética, medidos através do registo informático da báscula.	Total de resíduos entregues= 11.416,700ton Total de resíduos encaminhados para a CVE= 10466,350 ton Resíduos recuperados na mineração= 0 ton Deposição em aterro= 88,76 ton	Em execução

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Introdução

Efetuámos uma revisão limitada das demonstrações financeiras anexas da **Teramb - Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EM** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de março de 2021 que evidência um total de 34.648.126,14 euros e um total de capital próprio de 27.222.710,59 euros incluindo um resultado líquido de 61.492,99 euros, as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa relativas ao período de três meses findo naquela data e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Responsabilidades do órgão de gestão

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa na Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística, e pela criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro.

Responsabilidades do auditor

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma conclusão sobre as demonstrações financeiras anexas. O nosso trabalho foi efetuado de acordo com as normas internacionais de revisão limitada de demonstrações financeiras e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estas normas exigem que o nosso trabalho seja conduzido de forma a concluir se algo chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras, como um todo, não estão preparadas em todos os aspetos materiais de acordo com as Normas de Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

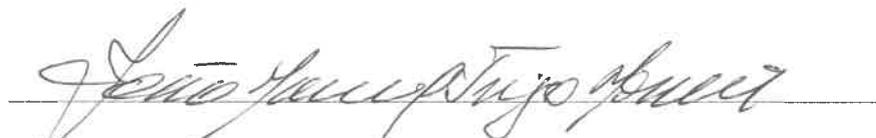
Uma revisão limitada de demonstrações financeiras é um trabalho de garantia limitada de fiabilidade. Os procedimentos que efetuámos consistem fundamentalmente em indagações e procedimentos analíticos e consequente avaliação da prova obtida.

Os procedimentos efetuados numa revisão limitada são significativamente mais reduzidos do que os procedimentos efetuados numa auditoria executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). Consequentemente, não expressamos uma opinião de auditoria sobre estas demonstrações financeiras.

Conclusão

Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que as demonstrações financeiras anexas não apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Teramb - Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EM** em 31 de março de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período de três meses findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

Porto, 30 de agosto de 2021



SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por João Manuel Trigo de Morais, ROC N.º 881



RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Introdução

Efetuámos uma revisão limitada das demonstrações financeiras anexas da **Teramb - Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EM** (a Entidade), que compreendem o balanço em 30 de junho de 2021 que evidência um total de 34.421.654,79 euros e um total de capital próprio de 27.053.868,48 euros incluindo um resultado líquido de 162.110,94 euros, as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa relativas ao período de seis meses findo naquela data e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Responsabilidades do órgão de gestão

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa na Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística, e pela criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro.

Responsabilidades do auditor

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma conclusão sobre as demonstrações financeiras anexas. O nosso trabalho foi efetuado de acordo com as normas internacionais de revisão limitada de demonstrações financeiras e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estas normas exigem que o nosso trabalho seja conduzido de forma a concluir se algo chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras, como um todo, não estão preparadas em todos os aspetos materiais de acordo com as Normas de Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

Uma revisão limitada de demonstrações financeiras é um trabalho de garantia limitada de fiabilidade. Os procedimentos que efetuámos consistem fundamentalmente em indagações e procedimentos analíticos e consequente avaliação da prova obtida.

Os procedimentos efetuados numa revisão limitada são significativamente mais reduzidos do que os procedimentos efetuados numa auditoria executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). Consequentemente, não expressamos uma opinião de auditoria sobre estas demonstrações financeiras.

www.hlb.svtm.pt

Rua da Alegria, 785 - E14 | 4000-047 PORTO - Portugal

TLF: +351 22 903 93 71/2 TLM: +351 93 903 93 71 EMAIL: geral@hlab.svtm.pt

INSCRITA NA OROC SOB O N.º 155 E NA CMVM SOB O N.º 20161465 - CAPITAL SOCIAL €10.000,00 - NIPC 504 096 664

Santos Vaz, Trião de Moraes & Associados, SROC, Lda pertence à rede de entidades membros da HLB International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.



Conclusão

Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que as demonstrações financeiras anexas não apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Teramb – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EM** em 30 de junho de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período de seis meses findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

Porto, 26 de outubro de 2021


SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por João Manuel Trigo de Moraes, ROC N.º 881